



*[Handwritten signatures and initials]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FLOR

-----Mandato 2013/2017-----

-----ATA NÚMERO VINTE-----

Aos vinte e oito dias do mês de Abril, do ano de dois mil e dezassete reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Flor, sob a presidência de Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, coadjuvado por Abílio Batista Maia Evaristo, 1.º Secretário e por Maria da Assunção Gouveia Bártolo Matias, 2.ª Secretária. -----

Estiveram presentes os seguintes Deputados Municipais: -----

Berta Augusta Teixeira Vilhena Carneiro de Carvalho; João Carlos Alves Valério; Joni Micael Bento Ledo; Hernani Joaquim Vilares Teixeira; Pedro Alexandre Morais dos Santos; Artur Manuel Pires e Maria Isabel da Costa Nunes Cardoso Castro Oliveira. -----

Faltaram, justificadamente: Paulo José Gomes Monteiro Praça e Catarina Maria Mendes de Albuquerque Rodrigues Pizarro de Castro . -----

O Deputado Frederico de Sousa Guedes e Silva comunicou, antecipadamente, à Mesa a sua não comparência à AM por motivos de ordem profissional e informou, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 6.º e do n.º 1 do Art.º 9.º do Regimento da AM, da sua substituição pelo elemento a seguir da sua lista – Ânia Raquel Dionísio Teixeira. -----

A Deputada Carla Maria Silva Leite comunicou, antecipadamente, à Mesa a sua não comparência à AM por motivos de ordem profissional e informou, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 6.º e do n.º 1 do Art.º 9.º do Regimento da AM, da sua substituição pelo elemento a seguir da sua lista – Pedro Nuno Esteves de Morais Campilho que, também, informou da impossibilidade de comparecer. Indicou para sua substituição o elemento a seguir na lista – André Marcelino Garcia Ferreira que compareceu à sessão. Rui Manuel Correia Tadeu, tomou posse em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, Artigo 76º, alínea, n.º 2 e 3, e Artigo 79.º, n.º 1, como o candidato a seguir na lista para assumir o cargo que havia ficado vago, aquando da renúncia ao mandato do candidato José Albino Prodêncio. -----

Estiveram, também, presentes os seguintes Presidentes de Junta: -----

Maria Isabel Fernandes Videira Gomes; Manuel António Prazeres Madureira; Tiago José Felizardo; Armindo António Olmo; José Carmino Videira Azevedo; João Jorge Gouveia Garcia; André Alberto Silva Freixo; Natércia da Conceição Silva Fernandes; Alexandra Isabel Mesquita Araújo; António João Barros Rodrigues; Bruno Augusto Pintinha Maia Evaristo; Fernando Amílcar dos Santos Passeira. -----

O Presidente da União de Freguesias Vila Flor/Nabo - José Luís Teixeira de Almeida, foi legalmente substituído pela Tesoureira da Junta de Freguesia – Susana Mariza Carvalho da Silva Madeira. -----

O Presidente da União de Freguesias de Candoso/Carvalho de Egas - Joaquim Filipe Frutuoso Correia, foi legalmente substituído pela Tesoureira da Junta de Freguesia – Fernanda Neri Tabuada. -----

O Órgão Executivo esteve representado por: -----

Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da CMVF. -----

Gracinda de Fátima Fraga Carvalho Peixoto, Vereadora do PS. -----

Fernando Filipe de Almeida, Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. -----  
Pedro Miguel Saraiva Lima Cordeiro de Melo, Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. -----  
Faltou à sessão Quintino Augusto Pimentel Gonçalves, Vice – Presidente da CMVF. ----  
Constatada a existência de *quórum*, o Presidente da Assembleia declarou aberta a 20.ª  
Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Flor. -----

#### **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** -----

Não houve intervenções neste período. -----

#### **-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

**EMIÇÃO DE VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR/  
RECOMENDAÇÕES OU MOÇÕES DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE,  
DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA  
PRÓXIMA REUNIÃO.** -----

**O Deputado Hernâni Teixeira (PS)**, deu os parabéns a todos aqueles que participaram na “Sessão Solene do 25 de Abril” e ao Executivo Municipal por comemorar oficialmente, há quatro anos, a data. Deu os parabéns aos dois Oradores convidados que, de uma forma simples, deram a conhecer o seu ponto de vista de acordo com a sua experiência. Deu os parabéns, também, a todos os Oradores que intervieram, dos vários Partidos, e fez um reparo relativamente à ausência, uma vez mais, do CDS nas comemorações. -----

Partilhou que no dia 25 de Abril de 1974, infelizmente, estava numa cama de hospital, em Luanda e dois dias depois um médico fez uma sessão política em frente ao hospital. Aquilo, para si, foi uma novidade e foi com um amigo seu, nessa altura, na cave da sua casa que ouviu os primeiros discos de Zeca Afonso. Passado pouco tempo regressou a Vila Flor e deu o seu contributo, em conjunto com tantos outros jovens, para que a democracia se mantivesse. Recordou que a “Revolução do 25 de Abril” espantou a Europa e o Mundo porque, ao contrário de outras Revoluções, o nosso vermelho não foi sangue, mas cravos. Recordou a importância da “Revolução do 25 de Abril” para que a ditadura de Franco terminasse. -----

Atualmente, está preocupado com o enfraquecimento da democracia um pouco por toda a Europa e com o avanço da extrema-direita, mas, Portugal, com a chamada “geringonça” está, também, a dar um bom exemplo de como é possível governar sem um grande poder capital, com democratas e com uma maior distribuição de riqueza. ---  
Por último, referiu-se às competências que foram transferidas para as Autarquias Locais. Considera que quem está mais próximo gere melhor e as próprias reclamações acerca do funcionamento de um serviço são mais fáceis de fazer a um Presidente de Câmara do que ao Poder Central. No entanto, considera que ficando as Autarquias Locais detentoras de mais poderes, será fundamental arranjar gente com muita competência para gerir esses recursos. -----

**O Deputado Rui Tadeu (CDU)**, dirigiu uma palavra ao Presidente da CMVF relativamente a um assunto que foi tratado pela sua Esposa na penúltima AM, acerca de um acesso que afeta uma determinada Unidade Hoteleira. Recordou que nesse dia estava a assistir no público e a determinada altura disse que o Presidente da CMVF havia mentido. Quis aproveitar o momento para deixar claro que se arrepende de, fora do contexto, ter utilizado aquela palavra e que considera que errou, independentemente de considerar que se poderiam demonstrar algumas situações. Aproveitou para fazer uma correção à ata quando se diz que o caminho serve apenas a “Quinta do Barracão da Vilarça” e nomeou outras pessoas que, também, o utilizam. ---  
Chamou a atenção, uma vez mais, para o facto de na semana da Páscoa a CMVF ter decorado a entrada principal do edifício municipal com paramentos alusivos à Páscoa. Considera que essa atividade é indevida, pois a Constituição da República Portuguesa é

laica, portanto não apoia nenhuma religião em particular e a concordata com o Vaticano não prevê a utilização de edifícios públicos para manifestações de fé. Em sua opinião, no Concelho de Vila Flor, a Igreja não se pode queixar de falta de apoio, por parte da CMVF, na valorização do seu património. Vivemos tempos de fanatismo por parte de outros Credos, o atual Papa Católico tem-se tornado uma referência de mensagem de Paz e por tal está certo de que ele próprio acharia um exagero a utilização de edifícios públicos. Tanto mais que se há Entidade que tem edifícios centrais e devotos em todo o Concelho é a Igreja Católica, portanto não precisa desse gesto de submissão religiosa que a CMVF pratica. -----

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, disse trazer para este período Moções e Propostas. Começou por fazer um pedido à Mesa no sentido de vir a ser prestada uma homenagem a um Vila-florense – Professor Miller Guerra. Esse Vila-florense foi médico, Bastonário da Ordem dos Médicos e foi o criador do sistema de carreiras médicas, do sistema Nacional de Saúde. Passados 10 anos, o então Ministro Arnaut pegou nesse programa desenvolvido por um Vila-florense e instituiu-o. Se fosse vivo, em 2017, festejaria 105 anos de idade e nunca lhe foi feita nenhuma homenagem, nem reconhecimento do trabalho desenvolvido, quer a nível Nacional como ao nível da classe. Teve um trabalho notável ao nível da progressão nas carreiras, sistema nacional de saúde, diminuição da mortalidade infantil e nos índices de desenvolvimento na saúde. Por tudo isso, considera que Vila Flor lhe deve uma justa e bonita homenagem. Informou ter estado, no dia anterior, na Assembleia Geral da CIM-TTM em representação da AMVF onde apresentou uma Proposta, uma Moção e no calor da discussão foi escrita e subscrita, por unanimidade, uma Moção de Protesto que irá dar a conhecer. Mas antes quis apresentar um documento cujo assunto é a Associação Nacional de Assembleias Municipais, da qual teve conhecimento da sua criação na Assembleia da CIM-TTM (*Anexo I*). -----

Apresentou uma Moção que, também, levou à Assembleia Geral da CIM-TTM. Dada a importância do seu teor e por Vila Flor ser um dos Concelhos visados, considera importante apresentá-la à AMVF e coloca-la à discussão dos agentes locais: “O Paradoxo das Políticas de Saúde na Região” (*Anexo II*).-----

Informou ter levado uma proposta concreta à Assembleia da CIM-TTM “ O Ambiente não tem fronteiras” (*Anexo III*). Infelizmente, aqueles que teriam mais interesse na proposta, Presidente da CMVF e Presidente de Mirandela, não estavam presentes. Lamentou o facto de não estar presente um único Presidente de Câmara, na Assembleia Intermunicipal e por ser esse o respeito que demonstram por quem os elege. Acrescentou que o documento foi aprovado por unanimidade e que deveria ser a CIM-TTM a assumir o problema em causa, livrando assim a CMVF e a CM de Mirandela desse ónus. Para que tal aconteça, a CMVF e a CM de Mirandela apenas necessitam do apoio e solidariedade de mais três Presidentes de Câmara, uma vez que a CIM-TTM é constituída por nove Câmaras. -----

Acrescentou que fruto do descontentamento pelo desrespeito à Assembleia Intermunicipal saiu um documento que passou a ler: “ O Funcionamento da Assembleia Intermunicipal: Terminado o mandato desta Assembleia Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes registamos um lamento quanto à Lei que determina o funcionamento deste Órgão. Um Órgão com representação Regional, nove Concelhos onde deveriam ser debatidas e definidas as estratégias determinantes para o futuro da Região, reunir apenas duas vezes por ano: uma porque é preciso um orçamento, outra porque é preciso aprovar as contas. Por outro lado está definido na Lei que em qualquer reunião extraordinária da CIM-TTM não há direito ao pagamento de senhas de presença, nem ajudas de custo. Esta prática não dignifica a Assembleia

C7.  
A  
B

Intermunicipal e o papel determinante da representação dos cidadãos e das populações. Lamentavelmente, os Presidentes de Câmara, que têm demonstrado um total desinteresse pelo Órgão e hoje registamos uma total ausência de Presidentes de Câmara. Este comportamento traduziu um total desinteresse para com esta Assembleia e os seus Membros que trouxeram propostas, moções que naturalmente não terão qualquer tratamento pelo Conselho da CIM-TTM.” Questionou se valerá a pena um Membro eleito para a Assembleia CIM-TTM roubar tempo à família, ao lazer e à própria profissão para preparar documentos e assuntos relacionados com o dever cívico se depois quem foi eleito e é pago para exercer a sua função nem se dignifica a estar presente para ouvir. -----

27.  
A  
B

Por fim, quis demonstrar um descontentamento muito grande para com o Presidente da CMVF quanto a uma posição tomada na CIM-TTM. Disse não conseguir compreender como o interesse de um Partido se sobrepõe ao interesse das Pessoas de Vila Flor. Considera que um Presidente de Câmara é eleito para governar o seu Concelho e quando a CIM-TTM tem que nomear alguém para um lugar no Conselho de Administração da ULS e são propostos dois nomes: um pelo PS (Enfermeiro de Vinhais) e outro pelo PSD (um vila-florense, filho de um Presidente de Junta) esperava que o Presidente da CMVF, apesar de ser militante e dirigente do PS, votasse a favor do Vila-florense e não alinhado com o seu Partido. Questionou se o atual Presidente da AMVF, enquanto foi Presidente de Câmara, decidiria dessa forma. -----

**O Deputado Joni Ledo (BE)**, perguntou acerca do ponto de situação do Cachão (retirada do lixo) e disse concordar com o Deputado Pedro Santos no que toca a não serem imputadas todas as responsabilidades ou a responsabilidade às CM de Vila Flor e Mirandela. -----

Referiu que duas Múncipes caíram no Centro Cultural, uma dia 21 de Dezembro e a outra dia 8 de Janeiro. Considera que a culpa pode não ser de ninguém, no entanto trata-se de um espaço público e parece-lhe estranho caírem lá duas pessoas e seria justo, no mínimo, a CMVF pagar as custas do hospital, de consultas de ortopedia ou outro tipo de cuidados médicos que as pessoas necessitassem. Ao que sabe, pelo menos a uma das Múncipes essa ajuda não foi prestada e considera que seria de bom-tom a CMVF ter ajudado e, por outro lado, verificar se existirá algum problema no local e melhorar as condições de acesso. -----

Deu as boas vindas ao Deputado Rui Tadeu e disse concordar integralmente com a questão do laicismo no Estado e seus Órgãos. Percebe a ideia da importância da religião católica na Região, percebe a ideia de se investir dinheiro, por exemplo na “Nossa Senhora da Assunção” que é um espaço turístico, mas associar as CM ou por exemplo as Escolas, que celebram a missa da Páscoa, à Religião parece-lhe estranho. -- Referiu concordar com a questão da saúde levantada pelo Deputado Pedro Santos, pois considera que, por vezes, por uma questão de burocracia e números, poderá haver atrasos de horas em questões que poderiam ser rapidamente resolvidas ----- Sobre a celebração do “25 de Abril” disse ter ficado muito satisfeito e deu os parabéns a todos os intervenientes. -----

Finalmente, quis falar da descentralização e da forma como a considera fantástica. Disse que defendeu, defende e defenderá a descentralização mas não como ela é imposta. Referiu que o poder de um Presidente de Câmara, num Concelho do Nordeste Transmontano, já é muito e o que se quer fazer com esta descentralização é passar mais poderes para uma única pessoa, deixar uma grande quantidade de decisões na sua mão. Para isso, prefere a Regionalização, pois trata-se de Órgãos eleitos onde o poder é dividido por mais pessoas e onde há decisões com interesse a nível Regional. Chamou a atenção para o facto de as CM serem, a nível de Trás-os-

Montes e Alto Douro, dos maiores empregadores, a par da Santa Casa da Misericórdia. Tal situação sufoca e, apesar de achar que em Vila Flor essa situação nem se passe tanto, existem Concelhos onde sente que as pessoas têm medo e tal não pode acontecer, isso não é democracia, está-se a descentralizar para centralizar. -----

**O Presidente da CMVF**, começou por falar da sessão comemorativa do 25 de Abril e, em sua opinião, correu bem, foi uma cerimónia digna que nos lembra a importância da data, de tudo aquilo que representa e do que se conseguiu alcançar através dela. ----- Saudou o novo Deputado da Assembleia Municipal, deu-lhe as boas vindas. Sobre o que o Deputado referiu, disse que todos ficaram mais esclarecidos e por tal não quer acrescentar mais nada ao assunto. -----

Relativamente às cerimónias da Páscoa e ao facto de se usar a fachada do edifício da CMVF, considera que tal é feito porque se trata de um edifício lindíssimo, da autoria de Rogério de Azevedo. Concorda que a CMVF é laica e que deve haver isenção, mas tal acontece porque já há uma tradição, por se tratar de um edifício muito bonito, bem enquadrado, que se proporciona a essa celebração e pede alguma compreensão nesse sentido. -----

Relativamente à homenagem ao Dr. Miller Guerra, considera que deve ser feita e em sua opinião não deve haver qualquer entrave à mesma. Considera que foi um grande médico, um grande técnico que teve um desempenho fundamental na saúde, um grande cidadão e um vila-florense exemplar. Disse estar disponível, faltará a CMVF e a AMVF concertarem-se e verem a melhor forma de o fazer. -----

Sobre o paradoxo das políticas de saúde, disse compreender a posição do Deputado Pedro Santos. Referiu ter estado presente em todas as manifestações para que o helicóptero ficasse no Distrito de Bragança, assinou todas as petições para o efeito, mesmo a título pessoal. Contudo, há protocolos e procedimentos na saúde que nós podemos e devemos contestar. Não tem lógica que um doente sinistrado em Vila Flor tenha que ir a Bragança para depois ir para o Porto. Considera que o seu papel deverá ir no sentido de defender que a Região tenha capacidade de resposta ao nível da Saúde e que alguns pormenores, como o apresentado, sejam resolvidos de forma isenta e mais eficiente. -----

No que toca à sua ausência na Assembleia Intermunicipal da CIM-TTM, referiu que lhe foi impossível estar presente, mas considera que se lhe deve ser feita justiça porque já esteve muitas vezes sozinho a representar o Conselho Executivo da CIM-TTM. Ao saber dos assuntos que lá foram tratados, ainda lamenta mais o facto de ter estado ausente, pois gosta sempre de dar a sua opinião e contributo. -----

Sobre a AIN, informou que foi feita uma candidatura ao fundo de emergência ambiental, através da CCDRN, que ainda não foi aprovada. A situação dos resíduos incomoda-o e, apesar de ter sido herdada, há efetivamente uma empresa, com sede em Mirandela, detentora de espaços na AIN que depositou, nesses locais, resíduos que se incendiaram. Apesar de ser um território de Mirandela, quando se deram os incêndios sempre esteve presente, no sentido de dar apoio e mostrando a união dos dois maiores acionistas. Acrescentou que na Assembleia Geral da AIN/MIC, tal como o Deputado Pedro Santos sabe porque também estava presente, foi dito que estão a ser retirados paulatinamente, todas as semanas, aproximadamente 2 a 3 camiões de resíduos, transportados para uma Empresa do Norte, onde estão a ser reciclados ou queimados e o pagamento do tratamento dos resíduos, em princípio, irá ser feito com a tal candidatura. -----

Sobre descontentamento não irá emitir opiniões, pois existem questões políticas que estão armadilhadas e todos os dias dorme de consciência tranquila, seria incapaz de atraiçoar alguém, bem como de por o interesse do seu Concelho abaixo do interesse

27.

A

B

de outra coisa qualquer. Não irá dizer mais nada sobre o assunto, pois considera que falou com quem tinha que falar e explicou o que se passou. Sempre foi um homem solidário, frontal. Às vezes, o contexto prega partidas e muitas vezes esse mesmo contexto é preparado e tem objetivos. Para si, o assunto da ULS não está terminado, sabe que tem razão e futuro acabará por demonstrá-lo. -----

Disse concordar com o Deputado Joni Ledo quando diz que a responsabilidade dos resíduos na AIN não é, apenas, das CM de Vila Flor e Mirandela e que deve ser colocado a nível superior, pois engloba o tratamento dos resíduos e a resolução das questões levantadas com os incêndios e tal é uma fatura muito elevada para aquela casa. Não concordou, no entanto, com a comparação que é feita com o episódio de legionella, em Vila Franca de Xira, por tratar-se de um assunto que trazia consequências diretas e muito grave para a saúde das pessoas. -----

Sobre as pessoas que caíram no Centro Cultural, informou que uma das quedas aconteceu quando a CMVF cedeu as instalações a uma outra Entidade para realizar um espetáculo. No entanto, considera que o Centro Cultural funciona há muitos anos, infelizmente aconteceram aquelas duas situações, mas foram pontuais e obra do acaso. Informou, ainda, que foram feitos melhoramentos no espaço, através da colocação de fitas antiderrapantes, corrimões, nova sinalização nas escadas e mesmo assim os incidentes aconteceram. -----

Acerca da descentralização e do poder absoluto do Presidente da Câmara, referiu, também, ser a favor da Regionalização porque a considera a melhor forma de poder para que as Regiões e os Territórios tenham alma e saibam para onde querem caminhar. Pensa que nenhum Presidente de Câmara sozinho conseguirá mudar o que quer que seja, só com uma estratégia regional, conduzida através de uma estratégia nacional, é que as mesmas poderão avançar. -----

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, disse ter ficado com algumas dúvidas na posição do Presidente da CMVF acerca da proposta da AIN, na questão de ser a CIM-TTM a assumir a responsabilidade, nomeadamente se concordará com ela e a apresentará junto dos seus colegas Presidentes. Neste momento, o lixo que está a ser retirado do local, é-o através da administração da AIN, mas essa prestação terá que ser paga por alguém e certamente que o será com as receitas dos Municípios de Vila Flor e Mirandela. Sobre a gravidade da situação, recordou que os incêndios, apesar de já terem acontecido há algum tempo, ainda hoje há plástico que continua a arder e os cidadãos que vivem com as janelas de suas casas viradas para esse cenário, respiram um material que é tóxico e nocivo. Portanto, apesar de ser um processo mais lento, estamos perante um crime de saúde pública e esses são da assunção do Estado. -----

Acerca do que o Presidente da CMVF disse sobre a sua participação na Assembleia da CIM-TTM, concordou com o que referiu, pois costuma estar quase sempre presente, mas o documento que foi redigido teve a ver com o facto de haver nove Câmaras e dessas não estar ninguém presente. Considera que aquele é um Órgão político e por tal há intervenções políticas que só podem ser tratadas por pessoas com legitimidade política e democrática do voto. -----

Quanto ao assunto da ULS, percebeu que o Presidente da CMVF não queria muito falar sobre o assunto, mas não sabe se percebeu um “*mea culpa*”. Concorda com o facto de o assunto ainda não ter acabado porque o lugar continua vago, mas desconhece o sentido da votação do Presidente da CMVF, bem como o resultado final. -----

**O Deputado Rui Tadeu (CDU)**, relativamente à AIN considera que é uma questão central há muito tempo para os Municípios de Vila Flor e Mirandela. Referiu que enquanto não for abordada, numa questão de fundo, porque é a CMVF e a CM de Mirandela têm que estar a suportar a AIN. A questão que se coloca é que quando uma

27.  
A  
B

empresa efetivamente não consegue responder e produzir para pagar aos seus trabalhadores e cumprir as suas despesas ou se endivida na banca ou vai para a falência. Perguntou quanto dinheiro já se investiu no Cachão desde que é pertença das Câmaras e no relatório de contas, que vai ser discutido posteriormente, é deixada a ideia de que ainda vamos ter que pagar mais. -----

Sobre a Regionalização, quanto a si, há uma necessidade objetiva de se fazer para que haja uma representação regional séria e se possam indicar, através desta, verbas específicas. -----

**O Presidente da CMVF**, disse, ao Deputado Pedro Santos que teria que ler com atenção a proposta que apresentou, mas se essa se trata de passar a responsabilidade da questão ambiental da AIN para um patamar superior, é evidente que irá concordar mas não sabe se as outras CM concordarão. Em sua opinião, o facto da Assembleia Intermunicipal ter aceiteado a proposta por unanimidade, irá dar-lhe outra força, pois o assunto não poderá ficar na CIM-TTM, terá que passar para o Governo e para a própria CCDRN, com quem já tiveram variadíssimas reuniões. Quis sublinhar, no entanto, que a apresentação da proposta, por si só, não resolve o assunto. A questão da AIN está a ser resolvida, irá ser resolvida e querem resolvê-la, não se pode é suportar a despesa de uma vez só. O encerramento da AIN e do Matadouro implica, para as duas CM, um problema financeiro gravíssimo. Tal como o Deputado Pedro Santos sabe, uma vez que integra a equipa de Revisores Oficiais de Contas da AIN, já foram abertos vários concursos para vender aquele património e nunca conseguiram. -----

**O Presidente da AMVF**, considera que no momento em que vivemos, deveremos ser claros e ter algum cuidado com as posições que tomamos em relação a alguns temas e determinados setores vitais, como o caso da saúde. Referiu concordar com muito do que foi dito pelo Deputado Pedro Santos e concorda inteiramente com a Moção que apresenta, pois a mesma vai de encontro ao que disse muitas vezes enquanto foi Presidente de Câmara, nomeadamente quando dizia que a saúde em circunstância alguma deveria ser partidarizada/politizada e recordou um episódio acerca do fecho da maternidade em Mirandela e da pressão que exerceram para que fosse à manifestação programada contra o encerramento da mesma. Considera que na questão da saúde, o acesso aos serviços onde o doente possa ser tratado é a questão fundamental, mas é preciso ver que no caso da criança, durante essas três horas, não foi perdido tempo e por onde ela passou foi seriamente tratada pelos profissionais de saúde. -----

Sublinhou, uma vez mais que a saúde não pode ser partidarizada e que, efetivamente, isso não aconteceu no caso da eleição para um Membro da Administração da Saúde. --

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, pediu para usar da palavra e referiu que, tal como o Presidente da AMVF, não tem assento na CIM-TTM e, apesar de não ter informação privilegiada como poderá acontecer com o Presidente da AMVF, também se interessa e tenta manter-se informado. Contudo, em sua opinião, o que ambos referem acerca do assunto vale o mesmo, pois nenhum estava presente na CIM-TTM. -

**O Presidente da AMVF**, continuou dizendo que, para si, em relação à saúde nunca nada deve ser partidarizado, cada utente da saúde tem direitos acima de uma eleição ou qualquer outra situação. O que aconteceu em relação à eleição do Administrador nomeado pela CIM-TTM não foi, em seu entender, compreendida por ninguém. Disse já ter tido a oportunidade de conversar com o Presidente da Junta, pai de um dos candidatos, já lhe explicou o seu ponto de vista, pois esteve muito por dentro do assunto por ter, antecipadamente, falado sobre o assunto com o Presidente da CMVF que teve um comportamento sério, a olhar para os interesses de Vila Flor e da pessoa em questão. Para si, ninguém entendeu a função desse Administrador no Conselho de

Administração, pois nesse órgão existe uma pessoa nomeada pelo Ministério das Finanças, dois Médicos, um dos Cuidados Diferenciados e outro dos Cuidados Primários, um Enfermeiro e considera que o legislador, ao indicar um Administrador representante da CIM-TTM, pretendia ter um representante do povo, dos direitos da comunidade. Em sua opinião, esse indivíduo teria que ser muito bem escolhido e não deveria fazer parte da estrutura do Hospital e, na verdade, sabe que o Presidente da CMVF se preocupou e sofreu com essa questão, que ainda não está resolvida e que considera que irá ser resolvida a favor da pessoa em questão. -----

Acrescentou, ainda, sobre a Associação Nacional de Assembleias Municipais que teve conhecimento, nesse dia, dos estatutos da Associação e proposta de adesão. -----

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, pediu um ponto de ordem à mesa e referiu ter ouvido com atenção o Presidente da AMVF, não o interrompeu, apesar de considerar que se deveria ter contido na intervenção que fez, mas por considerar que todos têm o direito de participar e expressar a sua opinião não o fez. Contudo, quis deixar registada a sua opinião relativamente ao que acabou de acontecer. Disse ter assistido a aquilo que, brilhantemente, os habituou ao longo de 20 anos, isto é, defendeu o que é indefensável e substituiu-se ao Presidente da CMVF que não se conseguiu defender. Referiu que o Presidente da AMVF reconheceu a partidarização do lugar, deu um entendimento pessoal à Lei e ao entendimento do legislador e assumiu que o Dr. Lino Olmo não teria as capacidades necessárias para ocupar aquele lugar e por fim, colmatou dizendo que a situação acabaria por se resolver e explicou a teoria de como o voto das três Câmaras PSD (Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta) que não fazem parte da CIM-TTM, poderão ser decisivos para a eleição na ULS que, na sua estrutura, serve o Distrito. Afirmou não concordar com a partidarização da eleição. -----

**O Presidente da AMVF**, referiu que o erro, para si, está no facto de aquando desse pedido de nomeação feito à CIM-TTM, ninguém ter advertido para o facto de ficarem de fora três Concelhos e não tem qualquer dificuldade em assumir o que disse e pensa.

**O Presidente da CMVF**, dirigindo-se ao Deputado Pedro Santos referiu que podemos julgar os outros, mas não podemos ser juizes, isto é, fazer afirmações sobre o Presidente da CMVF acerca de um determinado assunto parece-lhe despropositado. Pediu e disse à AMVF que sobre o assunto da nomeação para a Administração da ULS teria que ser o mais sucinto possível e que o assunto não tinha acabado. Mas, ao que parece o Deputado Pedro Santos não ouviu, ou não quis ouvir. Disse que não queria ler a ata da CIM-TTM, mas terá que o fazer e passou a ler o seguinte excerto: " O Presidente da CMVF referiu que durante as duas sessões estivemos perante duas pessoas que conhecem bem o Sistema de Saúde, cada um à sua medida. Referiu, ainda, que discorda totalmente da forma como estamos a fazer o processo de seleção, que estamos a caminhar para um beco, que nos deveríamos ter entendido e disse ainda que o que estamos a fazer é política." Afirmou não precisar que o defendam e que considera que a situação foi armadilhada. Não admite que se fale em vilaflorenses que têm capacidade e honra fazendo política. A primeira pessoa com quem falou sobre o assunto foi com o pai do Dr. Lino e por tal não pode aceitar que haja aproveitamento político da situação, tal como o Deputado Pedro Santos está a fazer. --

A propósito da saúde, pediu que o Deputado Pedro Santos fizesse um exercício de memória e lhe dissesse onde estava aquando da realização das manifestações sobre o helicóptero. Referiu não se recordar de ter ouvido o Deputado Pedro Santos falar acerca do helicóptero, nem da posição do Dr. Adão Silva por ser contra o mesmo. -----

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, disse não perceber e aceitar a forma agressiva como o Presidente da CMVF falou, pois as situações podem ser conversadas e

C7.  
A  
B

explicadas calmamente. Sobre a defesa que não quis, inicialmente, fazer, referiu que fez bem em ler o excerto da ata, mas não compreendeu o tom de suspeição que colocou no assunto e perguntou-lhe, se quando diz que estão a fazer aproveitamento político da situação se está a insinuar que tenha sido alguém presente na sala e se é o próprio Deputado a fazê-lo. Para si, torna-se imperativo na análise das situações, que sejamos concretos e objetivos, isto é, se há duas pessoas para ocupar um lugar, ambas com currículos excelentes e brilhantes na saúde do Distrito, sendo difícil a sua escolha pela competência profissional, opta-se pelo sentimento, opta-se pela nossa Terra. -----

**O Presidente da CMVF**, disse achar curioso o facto de o Deputado Pedro Santos o ter acusado de falar alto, mas o Deputado, na sua intervenção, tinha acabado de o seguir. Acrescentou mais um excerto da ata da CIM-TTM: “ O Presidente da CMVF referiu em resposta a um colega que a sua posição é expressa e que este assunto deveria ter sido resolvido antes por consenso e que procurou sempre a unanimidade.” Disse que na altura tinha a certeza que iriam caminhar para um beco porque houve alguém que provocou aquela situação. -----

Disse ao Deputado Pedro Santos que lhe havia respondido acerca do helicóptero. -----

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, dirigindo-se à Mesa perguntou qual é o papel do Executivo, do Presidente da CMVF, dos Membros da AMVF, isto é, quem lança desafios a quem, quem é que tem o dever de quê e quem está eleito para governar. Referiu que o Presidente da Câmara é o único eleito político que tem funções próprias, determinadas no Código de Direito Administrativo e uma delas é o dever de representar Vila Flor. Por isso quando lhe pergunta onde esteve aquando da manifestação, recordou-o de que não foi eleito para representar a CMVF. Tem muita honra em participar na política local e nacional sempre que pode, de forma gratuita e séria. Referiu ter participado em várias manifestações distritais sobre aspetos da saúde, nomeadamente para a manutenção da Maternidade em Mirandela. E, por acaso, nessa não esteve, mas também não tinha o dever de estar. -----

Não nega a sua militância, nem o seu passado enquanto dirigente político-partidário. Em 2009, foi candidato à Assembleia da República, ao Parlamento Europeu, pelo Distrito, era Presidente da Concelhia, isto é, tinha uma ligação que hoje não tem. Atualmente, é Membro da AMVF e da CITT-M, por eleição da primeira e tem muita honra em fazer parte de ambas. Considera que a participação ativa é útil e enriquece os órgãos, no entanto apesar da sua militância, tem a sua independência, a sua forma de pensar e estar. Concorda com muitos dos princípios do seu partido, mas se tiver que discordar, fá-lo-á de forma livre, com coerência e ao microfone. Disse estar na AM principalmente pelos e para os Vila-floresenses. -----

**O Presidente da CMVF**, acrescentou que quando lhe pediu um comentário sobre a posição do Deputado Adão Silva contra o estacionamento do helicóptero em Macedo de Cavaleiros, o fez por se tratar de uma pessoa importante na saúde, alguém que foi Secretário de Estado da Saúde e cuja posição teve muito peso. Quando se referiu ao Deputado Pedro Santos não queria dizer que deveria ter ido às manifestações, mas referia-se à sua posição, pois uma palavra sua teria sido muito importante. Considera que todos devemos estar atentos às questões da saúde e que ela deve ser um motivo de união e não de desunião e deveremos ter o discernimento de não deixar que, quem quer meter entropias nas questões da saúde, o consiga. -----

**O Presidente da AMVF**, referiu que o próprio Dr. Adão Silva, que não esteve nas manifestações e que era a favor do helicóptero em Vila Real e não em Macedo de Cavaleiros, no final, depois de ter sido feita uma monitorização às viagens do helicóptero defendeu esse meio de salvamento em Macedo de Cavaleiros. -----

27.  
A  
B

Sublinhou, uma vez mais que a saúde não deve ser partidarizada e que nunca disse que os candidatos a ocupar o lugar na ULS não eram capazes de o fazer, mas pessoalmente pensa que o perfil da pessoa para ocupar aquele lugar deverá ser um representante do povo, alguém que conheça os seus problemas. -----

Seguidamente, o Presidente da AMVF leu e colocou à discussão a Moção “ O paradoxo das políticas de saúde na região” (anexo II). -----

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, informou que a mesma havia sido aprovada na Assembleia Intermunicipal e que a trazia a AMVF para que os Deputados tivessem conhecimento da mesma e a subscrevessem, caso o entendessem. -----

Não havendo inscrições, o Presidente da AMVF colocou-a em votação. A Moção foi aprovada por maioria, com quatro votos contra de: Deputado João Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Benlhevai – Isabel Videira, Presidente da Junta de Vale Frechoso – Carmino Azevedo, Presidente da Junta da Trindade – Natércia Fernandes e duas abstenções.-----

Declarações de voto: -----

O Deputado João Valério disse votar contra a Moção por não se sentir à vontade para criticar o Hospital de Bragança ou o Hospital de S. João. Leu um excerto do comunicado que o INEM emitiu sobre o assunto: “conclui que a criança recuperou, se encontra bem de saúde e que foi a atuação das várias equipas do INEM, do Hospital de Bragança e do Hospital de S. João que contribuíram para este final feliz.” -----

A Presidente de Junta de Freguesia de Benlhevai – Isabel Videira, referiu ter votado contra por não ter conhecimentos médicos para avaliar os Técnicos de Saúde envolvidos e para dizer que não procederam honrosamente e de forma correta. -----

**O Presidente da AMVF**, informou constar da correspondência recebida pela AMVF um ofício da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, onde lhe deram a conhecer os estatutos da ANAM, o valor da quota do corrente ano, a lista dos órgãos eleitos e uma proposta de redação para o agendamento numa próxima AM. Quando leu o ofício, pensou em entregar cópia do documento aos Deputados Municipais e propor que na próxima AM fosse discutido. No entanto, tendo em conta a Moção apresentada pelo Deputado Pedro Santos, com o título “ANAM”, coloca à consideração dos Deputados o que deve ser feito. -----

**O Presidente da Junta de Vale Frechoso – Carmino Azevedo**, foi de opinião que se deve respeitar o que vem da ANAM e analisar os estatutos na próxima AMVF. -----

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, referiu que a AMVF já integra a ANAM. O Presidente da AMVF ou o Primeiro Secretário da Mesa esteve na escritura que se realizou em Mirandela, por iniciativa do Dr. Pavão que teve o cuidado de reunir as 12 Câmaras que fazem parte do Distrito de Bragança. Contudo, todos os Municípios vão ter que ratificar a decisão de quererem ou não integrar a referida Associação e como o documento já se encontra disponível não vê qual a necessidade de adiar a sua ratificação.-----

**O Presidente da AMVF**, dirigindo-se ao Presidente da CMVF, referiu que o assunto também terá que ser analisado pela CMVF, pois a quota anual de 1000€ terá que ser paga através da CMVF. De imediato entregou o ofício recebido para conhecimento do Presidente da CMVF. -----

**O Deputado Rui Tadeu (CDU)**, referiu que, por princípio, não vê nenhum mal que a AMVF participe na ANAM, mas não conhece os estatutos e os seus objetivos. Disse não gostar de votar sobre algo que desconhece. -----

**O Presidente da AMVF**, perguntou ao Deputado Pedro Santos se não se importava que o assunto fosse discutido na próxima AMVF. -----

C7.  
A  
B

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, disse não se importar com tal facto e não ter qualquer interesse pessoal que a ratificação seja feita já. Quis referir, no entanto, que concorda com a ideia apontada pelo Deputado Rui Tadeu e por tal o mais correto teria sido terem dado conhecimento aos Deputados Municipais da proposta de adesão à ANAM antes da escritura.-----

**O Deputado Joni Ledo (BE)**, mencionou estar de acordo com a criação da ANAM mas sem conhecer os estatutos não poderá votar favoravelmente ou não, à adesão da AMVF à mesma. -----

**O Presidente da CMVF**, disse ter sido apanhado um pouco de surpresa com o assunto. Referiu achar um pouco estranho que a sede seja na Rua de Cedofeita no Porto, mas relativamente à quota, o montante sairá do orçamento da CMVF, terá que se abrir a respetiva rubrica para o efeito e por tal não vê qualquer problema desde que a Associação seja criada no sentido de dignificar o papel das AM. -----

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, sobre o facto de a ANAM ter sede no Porto referiu que o Dr. Pavão explicou na Assembleia Intermunicipal que como a ANMP tem sede em Coimbra e a ANAFRE tem sede em Lisboa, por uma questão de representatividade e visibilidade seria melhor a ANAM ficar no Porto. -----

**O Presidente da AMVF**, informou que o documento seria discutido na próxima AM. ---

#### **INTERVENÇÕES POLÍTICAS** -----

Não houve nada a registar neste período. -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

##### **PONTO NÚMERO UM** -----

##### **EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO.** -----

##### **APROVAÇÃO DE ATA.** -----

Da cópia da ata enviada com a Ordem de Trabalhos, aos Deputados Municipais, não constava a página n.º 2. A mesma foi distribuída naquele momento aos Deputados Municipais que após a sua leitura procederam à votação da ata. -----

O Presidente da AM colocou a votação a Ata Número Dezanove que foi aprovada por unanimidade. -----

##### **EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.** -----

**O Presidente da AMVF**, deu conta da distribuição da informação obrigatória relativamente aos encargos plurianuais aprovados pela AM, ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, dos pagamentos efetuados até 27/04/2017.-----

##### **PONTO NÚMERO DOIS** -----

##### **TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL RELEVANTE E URGENTE, DESDE QUE PELA SUA OPORTUNIDADE NÃO POSSAM TRANSITAR PARA UMA PRÓXIMA REUNIÃO.** -----

Não houve nada a registar neste ponto. -----

##### **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

##### **INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO NÚMERO 2, ALÍNEA C) DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO.** -----

**O Deputado Artur Pires (PSD/CDS)**, pediu alguns esclarecimentos relativamente às obras que se prendem com as estruturas de apoio à Piscina e ao Parque Municipal sobre as quais ouviu dizer que o prazo de entrega do Empreiteiro seria a 24 de Junho. A época balnear, tradicionalmente, tem prazo fixado a 10 de Junho e se tudo correr dentro da normalidade já se registará algum atraso. Perguntou como está a CMVF a pensar fazer para lidar com o apoio logístico aos utentes. -----

Perguntou, ainda, sobre a suposta entrega, por parte da ASCENDI, das rotundas à CMVF e se já teriam selecionado aquela onde irá ficar o galheteiro sugerido na AMVF. Aproveitou para perguntar o ponto de situação do projeto do galheteiro. ----- Colocou uma questão que tem a ver com a política das avenças no Município. Disse haver 3 avençados: um Arquiteto, um Eng.º Eletrotécnico e um Advogado que custam à CMVF aproximadamente 70 mil euros e perguntou se não seria melhor a CMVF abrir concursos para recrutar pessoas para esses lugares a tempo inteiro, pois parece-lhe que seria mais lucrativo. -----

**O Deputado André Ferreira (PSD/CDS)**, referiu-se à beneficiação da estrada de Folgares/Freixiel e perguntou se o que foi feito justifica o dinheiro que foi gasto. Na atividade municipal é dito que a obra está concluída e rececionada a partir do dia 17, mas as valetas continuam com entulho e sobrantes. Perguntou por quem foi fiscalizada a obra para a mesma estar completa e ser entregue. -----

**O Deputado Hernâni Teixeira (PS)**, referiu que todos os Municípios à volta de Vila Flor ficam admirados pelo volume de obras da CMVF. Fica feliz com o facto de ver gruas de pé, pois é sinal de progresso e desenvolvimento. Aceita a ideia de que o Presidente da CMVF tenha arriscado no Complexo do Peneireiro, pois sabe que se as obras não correrem bem, todas as críticas cairão sobre ele. Para além de obras na sede de Concelho, as Freguesias, também, não foram esquecidas e deseja que assim continue.-

**O Deputado Rui Tadeu (CDU)**, no seguimento do que é referido acerca das obras que decorrem a bom ritmo para a implementação dos conteúdos museológicos do “Núcleo Interpretativo do Cabeço da Mina”, em Assares, chamou a atenção para o facto de nas imediações do espaço físico do “Cabeço da Mina” estar a ser erigida uma construção, para si, ilegal que vai crescendo de dia para dia. Já escreveu para quem de direito, isto é, ao Ministério da Cultura, mas ainda não obteve resposta. Considera que a CMVF deverá tomar medidas e que urge de uma intervenção, pois encontra-se dentro do espaço definido de “Cabeço da Mina”. -----

**O Presidente da CMVF**, respondendo ao Deputado Artur Pires, disse que as obras da Piscina são de algum vulto, eram reivindicadas há muito tempo e gostaria que entendessem o enquadramento que passaria a explicar. O ano passado terminaram várias concessões e as chaves foram entregues à CMVF em Outubro/Novembro. Desde essa altura, foram feitas revisões a todos os projetos e foram apresentadas várias versões, o que fez com que tivesse que ser despendido algum tempo nessa observação mais cuidadosa. Depois de feito o projeto de arquitetura, foi necessário fazer os da especialidade que, também, demoram o seu tempo. Houve ainda outras questões relacionadas com os orçamentos de cada um dos projetos atrás referidos e sua compatibilização. Seguidamente, após os projetos de execução estarem prontos para irem a concurso, teve que tomar uma decisão sobre o que fazer e decidiu que se não houvesse reclamações avançaria com as obras, cujo prazo de execução é de 3 meses. O concurso correu bem e avançou. Fez notar que caso não fossem feitas as obras este ano, teriam que abrir concursos para concessionar os espaços e estar-se-ia apenas a adiar um problema exatamente igual ao que se passa agora. Referiu, ainda, que os projetos não podiam ter sido elaborados antecipadamente porque não se conheciam, verdadeiramente, as condições das estruturas dos edifícios. Decidiu, arriscou e pensa que tudo irá correr bem. A piscina irá abrir dentro do prazo normal e se houver algum atraso, que pensa que não irá acontecer, será um atraso ligeiro. Acrescentou que as obras não são somente aquelas, a CMVF está a fazer drenagens, passeios, a ciclovia e vão colocar um tapete em toda aquela zona. Recordou que há uns anos atrás, quando a Piscina foi aumentada, também, não abriu na altura prevista, é necessário aproveitar a altura certa e oportunidades para se fazerem as obras. -----



Relativamente aos equipamentos, informou que a CMVF irá fazer um esforço e tentará equipar a cozinha do Restaurante o mais possível para que não haja mais atrasos. Os equipamentos farão parte da lista que integrará o caderno de encargos para que as pessoas saibam com o que podem contar. -----

Sobre as rotundas, informou que tem uma proposta da ASCENDI para entregar aquela variante, pois a responsabilidade do construtor vai terminar, as obras saem da concessão da empresa e a CMVF vai ter que as suportar. -----

Relativamente à política dos avençados, referiu que espera, brevemente, apresentar à AMVF uma alteração ao Quadro da CMVF, ao Organigrama e ao Regulamento. Concorda com o Deputado Artur Pires em algumas situações, mas considera que muitas vezes não basta ter um técnico para dar pareceres, também é necessário que esses pareceres sejam feitos com experiência e essa ganha-se com os anos. Por vezes, os avençados são necessários na transmissão desses conhecimentos/experiência aos Técnicos. Relembrou, no entanto, que durante 3 anos, aquando do Governo do PSD, a CMVF estava impedida de admitir funcionários, havia aquela situação das quotas e da preferência para ocupação dos lugares das pessoas que já fizessem parte da função pública. -----

Sobre a estrada dos Folgares, referida pelo Deputado André Ferreira, mencionou que foi feita uma intervenção que visou o seguinte: limpeza de bermas, construção de vários metros de serventias, valetas, alargamentos em várias curvas e reposições/requalificação de pavimentos nas zonas onde as árvores danificaram o pavimento. Disse ter tomado nota da questão e se houver alguma limpeza que não foi feita, irá chamar a atenção para tal. -----

Ao Deputado Rui Tadeu, explicou que o que é dito no relatório sobre o “Cabeço da Mina” é muito direcionado para o edifício e espaço museológico. O edifício está a ser intervencionado em conteúdos, tendo em conta as propostas apresentadas pelos Técnicos da Direção Regional de Cultura. Vão ser feitas réplicas de algumas peças e do mobiliário. Há dias, falou com a Diretora Regional da Cultura para ser marcada uma data de abertura do espaço. Disse ter tomado nota da informação que o Deputado partilhou, a qual desconhecia e irá tentar saber o que se passa, mas será importante esperar pela resposta da Direção Regional da Cultura pois a classificação do espaço foi feita por eles. -----

**O Deputado Artur Pires (PSD/CDS)**, esclareceu que não quer que as obras corram mal ao Executivo, o que pretende é que os utentes as tenham atempadamente ao seu serviço e que Vila Flor continue a ser a “capital do mundo”. -----

Sobre a lei dos compromissos, considera que essa desculpa já é excessiva. O PSD esteve no Governo quatro anos e agora o Costa já lá está há algum tempo. Ficou satisfeito por o Presidente da CMVF ter concordado com algumas das coisas que referiu e compreende que as pessoas tenham que ganhar experiência, mas, para tal, terá que se lhes dar a oportunidade, pois “o caminho faz-se caminhando e com pequenos passos”. -----

**O Presidente da CMVF**, disse estar muito interessado em que as obras fiquem concluídas a tempo em prol do desenvolvimento do Concelho de Vila Flor e se eventualmente houver algum atraso pede para que haja alguma compreensão. O esforço foi feito, está tudo preparado, e aliás, várias vezes o Deputado Artur Pires, mas principalmente o Deputado José Prodêncio, que já não se encontra na AVF, chamou a atenção para a necessidade de intervenção e investimento na zona do Parque de Campismo. Para que Vila Flor seja a “capital do mundo” não basta querer, é preciso contribuir, ajudar e participar. -----

27.  
A  
3

A respeito da contratação explicou que a Lei dos Compromissos nada tem a ver com o assunto e que, na altura de Pedro Passos Coelho, havia impedimentos na contratação, por imposição da *Troika*. -----

A respeito da experiência, considera que essa se ganha com o tempo, mas se houver um acompanhamento poderá acontecer mais cedo. -----

#### **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

#### **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT, AO ABRIGO DO ARTIGO 12.º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS, PELA EMPRESA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM,S.A.**-----

O **Presidente da CMVF**, disse não ser necessário dar muitas explicações, pois o despacho que autoriza o assunto, em Reunião de Câmara, é claro. -----

Não havendo intervenções o Presidente da AMVF colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO** -----

O Ponto Número Quatro foi aprovado por unanimidade. -----

#### **PONTO NÚMERO CINCO** -----

#### **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTARES EM MT, BTE E BTN (ONDE SE INCLUI A ILUMINAÇÃO PÚBLICA) / CONCURSO PUBLICO INTERNACIONAL.** -----

O **Presidente da CMVF**, explicou que hoje se vive num mundo liberalizado no que toca ao fornecimento de energia elétrica. A ideia do concurso é a de se agruparem e fazerem algumas economias, mas o facto de Vila Flor fazer parte do concurso não significa que caso os preços se apresentem mais caros, o que pensa que não acontecerá, Vila Flor seja obrigada a fazer a adjudicação. -----

#### **VOTAÇÃO** -----

O Ponto Número Cinco foi aprovado por unanimidade. -----

#### **PONTO NÚMERO SEIS** -----

#### **CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO: 1. MINIMERCADO, BAR DE APOIO AO PARQUE DE CAMPISMO E CARAVANISMO MUNICIPAL; 2. RESTAURANTE/BAR DE APOIO À PISCINA MUNICIPAL; 3. LOJA DE ARTESANATO; 4. BAR DE APOIO AO CENTRO CULTURAL - CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMAS DE CONCURSO.** -----

O **Presidente da CMVF**, por já ter falado sobre o tema colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento. Explicou que poderá concorrer quem cumprir o caderno de encargos, quem cumprir as todas as condições. Trata-se de uma licitação pública, que gostaria que acontecesse em plena Reunião de Câmara, tal como sempre foi feito na CMVF. -----

Sobre o tempo da Concessão explicou que seria de oito anos e quatro meses, mais dois anos. A questão dos quatro meses prende-se com o facto de a CMVF considerar que os espaços deverão ficar livres no final de Setembro, pois caso seja necessário realizar obras, elas possam ser feitas com tempo. -----

#### **VOTAÇÃO** -----

O Ponto Número Seis foi aprovado por unanimidade. -----

#### **PONTO NÚMERO SETE** -----

#### **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2016, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR.** -----

O **Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, em relação à Prestação de Contas quis deixar duas notas. Referiu que teve conhecimento da certificação legal de contas nesse dia e no seu novo formato. Continua-se a constatar, apenas, o problema em termos do imobilizado e que, facilmente, se poderá resolver com mais Técnicos que façam o levantamento exaustivo, que façam uma inventariação dos bens para que consigam

efetivamente materializar e registar. Aproveitando a questão de a CMVF necessitar de mais técnicos para resolver essa questão, chamou a atenção para a importância de cativar jovens para se fixarem em Vila Flor, casarem e terem filhos e dessa forma contribuírem para o alargamento populacional do Concelho. Em termos legislativos, a questão deverá ser resolvida, pois os documentos contabilísticos são aqueles que evocam a transparência do Município traduzida em números, ou seja tudo o que o Município é e tem deve estar registado contabilisticamente nas contas, no conjunto das demonstrações financeiras e é uma pena que a maior rubrica do balanço: imobilizado / investimentos em curso/ bens do domínio público, não esteja bem.-----

Por outro lado, no parágrafo das “Enfases” há uma questão que vai de encontro a aquilo que se tem vindo a falar na AMVF acerca da participação na AIN e MIC, por parte da CMVF. Todos sabemos das dificuldades económicas e financeiras que essas Entidades têm e da forma como necessitam das Autarquias para subsistirem. Enquanto especialista tem acompanhado de perto a situações financeiras das mesmas e de facto, durante alguns anos não conseguiram cumprir alguns normativos legais, nomeadamente a Lei n.º 50/2012. Este ano, conseguiram cumprir a Lei n.º 50, houve resultados positivos, não houve necessidade de cobrir prejuízos, os índices do artigo n.º 62 foram cumpridos em ambas, o que é satisfatório. Contudo a situação não está bem. Dentro do normativo da Lei n.º 50, nos anos anteriores a CMVF e a CM de Mirandela não cumpriram, isto é, sempre que as Entidades dão prejuízo as CM têm que o cobrir e tal não aconteceu. As CM de Vila Flor e Mirandela, se não estiver em erro, devem, a essas Entidades, para cumprirem a Lei n.º 50/2012, cerca de um milhão e duzentos mil euros para cobrirem os prejuízos de 2012/13/14 e 15. -----

Por outro lado, uma dessas Entidades tem capitais próprios negativos e aí é que nasce um possível problema grave para as Autarquias de Vila Flor e Mirandela. Pela imposição do Código das Sociedades Comerciais estamos perante uma empresa (MIC) com capitais próprios negativos, o que não pode acontecer e por tal, os acionistas – AIN e por interposta pessoa Câmaras Municipais, têm que lá colocar cerca de três milhões de euros ou então dissolvê-la. Para si, a liquidação poderá ser um grande problema porque o MIC tem tido uma atividade local, regional que serve talhantes, agricultores de produção animal, comerciantes, a população em geral e, apesar de achar que as CM não estão direcionadas para gerir empresas privadas, consegue perceber que as CM queiram continuar a subsidiar o MIC e a AIN no sentido de manter uma unidade que faz falta à região. -----

A CMVF e a CM de Mirandela têm vindo, ano após ano, a não cumprir aquilo que lhes é imposto pelos normativos legais, tanto na cobertura de prejuízo em anos anteriores, como na questão de se findar uma empresa que tem capitais próprios negativos. A toda esta questão acresce o facto de que se o MIC for dissolvido todo o passivo, todos os ónus, os trabalhadores, os mais salvaguardados pela ala esquerda, e os credores transitam para as Câmaras Municipais que terão que os assumir. -----

Referiu, ainda, que a sua Bancada irá votar favoravelmente às contas porque elas estão dotadas de fé pública e nada há a obstar. -----

**O Deputado Rui Tadeu (CDU)**, referiu que não deixa de achar curioso o comentário do Deputado Pedro Santos acerca dos direitos dos trabalhadores serem uma preocupação da esquerda e que, de facto, não deixa de ser verdade pois por parte da direita há uma preocupação maior com o capital. Considera que a AIN, deve ser abordada de fundo e não se deve esquecer que foi o Eng.º Braga da Cruz que deu esse presente, considerado pela União de Cooperativas existente na altura como um “presente envenenado”, às CM de Vila Flor e Mirandela. Passados todos estes anos, chega-se à conclusão que tinham razão e o que havia sido proposto era a melhor solução: as CM

27.  
A  
B

podiam participar numa quota muito mais pequena, a União de Cooperativas assumia a direção, pois na altura como essas Cooperativas eram consideradas superestruturas, tinham a possibilidade de ir buscar fundos perdidos de investimento para a agricultura, na ordem dos 80%. As CM nunca tiveram essa possibilidade e começaram a gerir aquelas estruturas muito mal, começaram a retalhar e a colocar naquele espaço atividades que nada têm a ver com a atividade agroindustrial e alimentar. Perguntou se o investimento que tem sido feito e que será necessário fazer, tal como o Deputado Pedro Santos acabou de referir na ordem dos três milhões de euros, valerá a pena. Considera que este problema terá que ser encarado de frente e terá que haver outro tipo de soluções e discussões. Sugeriu que na próxima campanha eleitoral os partidos discutam o assunto e apresentem soluções. -----

Referiu-se, ainda, a um assunto que leu na ata da AM anterior, em que o Deputado Pedro Santos se manifestou preocupado com o aumento do salário mínimo porque o mesmo teria um impacto de 40/50 mil euros nas empresas, nomeadamente nas Santa Casa da Misericórdia. Considera, injusto que num Concelho rural tao pequeno como o de Vila Flor se venha colocar como questão preocupante o aumento do salário mínimo. A preocupação deverá centrar-se, em seu entender, nos rendimentos, que sejam repostos e cheguem às pessoas com menor recursos para que possam dinamizar a economia através de mais recursos. O problema, para si, na manutenção de uma empresa não é a mão-de-obra, é o custo dos produtos inerentes ao funcionamento das mesmas. -----

**O Deputado Pedro Santos (PSD/CDS)**, em resposta ao Deputado Rui Tadeu, explicou que na última AM fez uma intervenção referindo uma preocupação sobre esse assunto, mas, considera, que o salário mínimo, em teoria, até poderia ser de um milhão de euros para todos, não põe em causa o valor. Contudo conhecendo o tecido empresarial, o Distrito, o Concelho e a realidade do País de Norte a Sul, a sua preocupação reside não tanto nas Câmaras Municipais ou Centros de Saúde, mas nas Entidades Privadas, como por exemplo numa Misericórdia, cujo aumento do salário mínimo nacional pode significar um aumento de custo, no final do ano, na ordem dos cem mil euros. Este ano, há dias, foi público que essa Entidade apresentou um resultado líquido negativo de 170/180 mil euros. Se não houver melhoras, a esses teremos que lhes acrescentar os cem mil euros, que se vão refletir nas contas de 2017, o que significará um resultado líquido negativo na ordem dos 300 mil euros. A sua preocupação, nessa intervenção, residia nesse facto e apesar de ao longo dos seus mandatos nunca ter querido meter-se nas atas e alterar vírgulas, por uma questão de respeito por quem as faz, hoje percebeu que é importante e que talvez seja necessário impor umas vírgulas de onde em onde para não ter que se justificar. -----

**O Deputado João Valério (PS)**, referiu que em relação às contas, a sua Bancada irá votar a favor, mas gostaria de ser esclarecido no que toca aos rácios, quando se diz a expressão “ revela um valor muitíssimo aceitável” o que tal traduzirá ao nível da lei. Os problemas apresentados são os mesmos ao longo dos anos: AIN, MIC, imobilizado e como diz no relatório “ facilmente se conclui que o Município possui uma inegável robustez financeira numa perspetiva de curto/médio e longo prazo, pode afirmar-se que as questões de ordem financeira não comprometem a atividade futura” e por tal irão votar favoravelmente às contas. -----

**O Presidente da CMVF**, partilhou ter ficado satisfeito com o que ouviu nas intervenções do Senhores Deputados. Ficou satisfeito com a intervenção do Deputado Pedro Santos relativamente aos comentários e à valorização que deu às reservas apresentadas pelo ROC, ou seja, não são impeditivas de que votem a favor. Sabe que há todo um trabalho a fazer e aperfeiçoar. Sempre disse que o maior problema da

C7.  
A  
B

CMVF era o Cachão e hoje, de uma forma muito técnica, ficou bem claro que o assunto tem que ser tratado com pinças. Quer sublinhar, no entanto, que passados todos estes anos é a primeira vez que o MIC tem resultados positivos, que cumpre a lei. Apesar de os resultados serem pequenos, perspectiva que estamos no bom caminho e que não poderemos estragar o trabalho que está a ser feito. Considera que aqueles postos de trabalho, aquelas atividades e serviços fazem muita falta à Região. Os resultados positivos no Matadouro foram conseguidos, apenas à custa de prestação de serviços. Acrescentou que as duas Câmaras têm a mesma responsabilidade nas estruturas, mas elas têm muito mais a ver com Mirandela porque o território é deles e, por tal, se continuarem a ter aqueles resultados bons, a solução passará muito por aquilo que Mirandela quiser fazer daquele espaço. Claro que Vila Flor terá sempre uma palavra a dizer em igualdade, mas não se trata de território de Vila Flor. Considera que o Concelho de Vila Flor se deve sentir orgulhoso porque a CMVF sempre cumpriu e foi solidário com o outro parceiro. -----

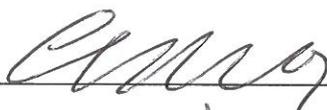
#### **VOTAÇÃO** -----

Aprovada por unanimidade a Prestação de Contas de 2016.-----

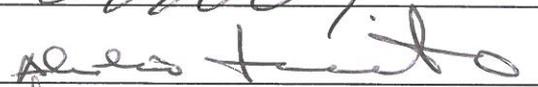
Aprovada por unanimidade a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2016. -----

Nada mais havendo a declarar, o Presidente AMVF deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata.-----

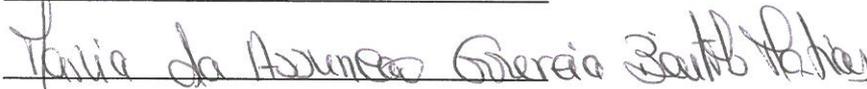
Presidente da Mesa



1.º Secretário



2.º Secretário





ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais

Foi formalmente constituída a Associação Nacional de Assembleias Municipais, um movimento que nasceu no nordeste, com os 12 concelhos do Distrito de Bragança.

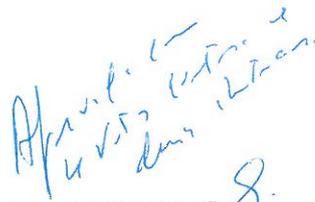
Com a criação desta Associação, o poder local fica mais rico e é feita justiça ao órgão Assembleia Municipal, pois já tínhamos a ANP - Associação Nacional de Municípios e a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, restando de fora o órgão mais representativo do poder local democrático.

Manifesto o meu regozijo com este feito e felicito os protagonistas que criaram esta associação que terá uma visibilidade nacional, na pessoa do Dr. José Manuel Pavão.

Tomei conhecimento ontem na Assembleia da CIM TTM que a Associação Nacional de Assembleias Municipais já conta com 60 Assembleias Municipais, cerca de 20% da representatividade nacional. Não tenho dúvidas que até ao final do ano civil a totalidade das Assembleias Municipais terão já aderido a esta associação.

Assim, proponho que seja aqui ratificada a vontade desta Assembleia Municipal aderir a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM).





### O paradoxo das políticas de saúde na região

O Nordeste Transmontano tem atravessado períodos de inquietação assistindo ao despejar dos serviços de saúde nos seus hospitais, nomeadamente na ULS do Nordeste.

As decisões políticas do encerramento dos diversos serviços acompanham o trágico registo demográfico da região. A justificação dos números sobrepõe-se a racionalidade da necessária assistência aos cidadãos, tanto ao nível dos cuidados primários como ao nível da emergência. Ou seja, para mantermos portas abertas temos de ter registos de utilização que o justifique, independentemente de ser o tratamento mais adequado ou termos os meios necessários para servir as pessoas.

Recordo o trágico acidente de um menino de 18 meses que ficou gravemente ferido ao cair do terceiro andar de uma varanda em Mirandela, no passado 30 de março. Esta criança, sabendo de antemão que teria necessariamente de ser assistida com a maior brevidade possível no Porto, foi levada para o Hospital de Bragança para ser imobilizada e mais tarde transportada para o Hospital de S. João, no Porto. A criança demorou cerca de 11h a chegar ao Hospital S. João.

Não podemos permitir que questões regionalistas justifiquem esta prática. Qualquer cidadão que tenha um acidente grave em qualquer concelho do sul do distrito de Bragança e se encontre gravemente ferido, deve ser assistido tendo em conta a maior eficiência e rapidez possível.

Não consigo conceber que esta criança tenha sido levada para Bragança, para ser estabilizada e depois transportada para o Porto. A lógica seria, que fosse transportada para Vila Real para ser devidamente estabilizada e daí continuar viagem até ao Porto. O tempo desperdiçado em transportar a criança de Mirandela para Bragança e depois de Bragança para o Porto, passando novamente por Mirandela, prolongou em pelo menos 3 horas a sua chegada ao destino. Concordarão que este tempo pode ser fatal para salvar uma vida.

Os agentes políticos da região devem ter em conta este episódio para refletirem no que é melhor para os nossos cidadãos.

Uma vida não tem preço, seja qual for a idade do visado.

O conselho da CIM deve analisar esta situação com o maior despreendimento e desapego regionalista com um único propósito: "Garantir o melhor para os Nordestinos".



O Ambiente não tem fronteiras

O Complexo Agro-Industrial do Nordetse, localizado no concelho de Mirandela, uma unidade que pertence aos Municípios de Mirandela e de Vila Flor, deparou-se em setembro de 2013 e fevereiro de 2016 com dois trágicos incêndios.

Os incêndios ocorreram nos lotes ocupados pela empresa Mirapapel, que armazenou durante anos, Plástico prensado, resíduos provenientes da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste que recolhe e tria os resíduos da região.

Com a ocorrência destes incêndios os Municípios de Mirandela e Vila Flor depararam-se com um problema de uma dimensão gigantesca do foro ambiental e de saúde pública.

Estimam-se existir no local mais de 4.000 toneladas de plástico, sendo cerca de 1.000 toneladas de plástico prensado em fardos e 3.000 toneladas de plástico queimado. Segundo um orçamento solicitado à Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, o custo estimado para a remoção desse material tóxico e nocivo para as populações, ronda os 300.000€.

Este assunto é a meu ver, um assunto que vai para além da assunção da responsabilidade dos Municípios de Mirandela e Vila Flor. Primeiro porque se trata de resíduos provenientes de toda a região do Nordeste Transmontano, segundo porque estamos perante um Crime Ambiental, e terceiro, porque um senhorio não pode ser culpado por um crime cometido por um seu inquilino.

Lembro que matérias de saúde pública são da responsabilidade do Estado e não de um ou outro Município isolado.

Lembro o episódio da legionella em Vila Franca de Xira em novembro de 2014 proveniente de uma empresa privada "ADP". Quem veio a público responder pela situação foi o Estado, na pessoa do seu Ministro do Ambiente.

E aqui! Qual foi a intervenção do Governo nesta matéria?

Gostaria de saber qual o papel da CIM relativamente a este assunto? Uma vez que não pode ser imputado aos Municípios de Mirandela e de Vila Flor a responsabilidade da resolução deste problema.

Proponho aqui que este assunto seja tratado pela CIM TTM de forma a diligenciar junto do Governo e que CIM assuma a resolução desta questão com a responsabilidade solidária e regional que este tema impera.